

ADverso

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

10 ANOS DE 1978
ADUFRGS
1978/1988
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Não esqueça de telefonar ou telegrafar ao Dep. Luiz Roberto Ponte, que também é seu "colega" na UFRGS, dizendo o que você pensa de sua atuação em nome da "justiça social" na Constituinte. Telefone do Deputado é (061) 223-1698. End. Câmara dos Deputados - Anexo IV, Gabinete 956, Brasília - DF. CEP 70160.

EDITORIAL

O ADverso, jornal da ADUFRGS, nasce no momento em que a Associação completa dez anos de existência. Surge para ser um instrumento da luta sindical de uma categoria de profissionais assalariados. Surge com a certeza de que estes interesses não se esgotam em si mesmos, mas articulam-se com a defesa de uma Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática e Competente.

Assim o ADverso será um instrumento de reflexão crítica sobre a situação atual da Universidade brasileira, dominada pelo projeto conservador saído da Reforma de 68. Um projeto que tem raízes profundas na crise do nosso sistema social.

ADUFRGS
1978/1988
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Não esqueça de telefonar ou telegrafar ao Dep. Luiz Roberto Ponte, que também é seu "colega" na UFRGS, dizendo o que você pensa de sua atuação em nome da "justiça social" na Constituinte. Telefone do Deputado é (061) 223-1698. End. Câmara dos Deputados - Anexo IV, Gabinete 956, Brasília - DF. CEP 70160.

AS CASSANDRAS SE ASSANHAM

Renato de Oliveira

Eleito o Reitor, feitos os discursos que sublinham a "importância do processo que vivemos na Universidade" e outras mesmices do gênero, entramos na fase de expectativa da sua nomeação. Fase propícia a que (é sabido!) muitos neguem a própria eleição.

Pois não faltam os "democratas" que, após cumprido o ritual dos debates e das urnas, já vão adiantados, sorrisinho maroto, nos conchavos que constituem "o verdadeiro teatro" desta triste história. E certamente também não faltam aqueles que, em nome de evitar o "mal maior", já se preparam para o "grande sacrifício" de, eventualmente nomeados, "ter" que assumir um cargo para o qual não foram escolhidos...

Enfim, passada a festa da eleição, já se distinguem os preparativos da festa dos esbulhadores. Meios e instrumentos para isto são fartos. De resto, o governo federal tem-se mostrado disposto a retomar os mecanismos de controle direto sobre a vida universitária, de cortar experiências — limitadas mas reais — de autonomização das universidades. E do lado de cá estão disponíveis para quem quiser ouvir os surrados argumentos que vêm qualquer ato de ousadia (como a eleição de um candidato claramente comprometido com a comunidade universitária) como uma radicalização inconsequente face ao poder — nestas horas, a pusilanimidade sempre tira pose de prudência!...

Mas não nos enganemos. É impossível negociar com o tirano. Não há "meio termo" no intervencionismo ministerial sobre as universidades, assim como não há "meio termo" na transição prometida à Nação: ela é democrática ou não é!

É verdade que, por um momento, o MEC ensaiou uma mudança de estilo. Em lugar da imposição de medidas e da política de fatos consumados, iniciativas como a chamada "Comissão de Alto Nível" pareciam indicar novos rumos: não necessariamente a mudança nos conteúdos da política educacional, mas o privilegiamento do debate ideológico, da persuasão e mesmo da cooptação de parcelas do corpo docente como mecanismos de execução dessa política.

Bastou, no entanto, um embate mais sério (o Projeto GERES e sua derrota pelo movimento docente ofereceu esta oportunidade) para que os ideólogos do MEC lembressem que, afinal, foi preciso o uso da força, da repressão pura e simples, para implantar nada mais que sua precursora, a Reforma Universitária de 1968. E que somente a força impediu um processo de "radicalização" que, nos anos 60, ameaçava democratizar o sistema de ensino superior no país.

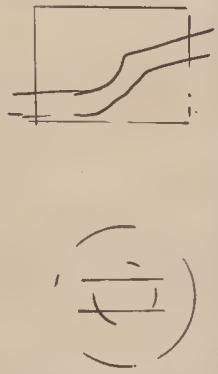
De lá para cá o que mudou em essência? O propalado desenvolvimento econômico, a modernização relativa de uma parcela das classes sociais e a internacionalização do mercado acaaso esvaziaram a sociedade das contradições que, naquela época, impulsionavam a "radicalização" da Universidade? O simples fato de que hoje os governantes se ocupam também com um movimento docente enquanto ontem se ocupavam apenas com um movimento estudantil dá uma medida da resposta a esta questão.

Do ponto de vista deste governo, portanto, não há alternativa possível. Afinal a Reforma Universitária de 68 cumpriu o objetivo central de garantir o controle burocrático-militar sobre as universidades. Muita gente gostou e hoje pede mais.

Renato de Oliveira, 1º Vice-Presidente da ADUFRGS, é professor do Departamento de Odontologia Preventiva e Social da Faculdade de Odontologia da UFRGS.

A Carta Aberta que inaugura esta seção é uma homenagem póstuma à Maria Helena Curcio Célia, professora do Instituto de Letras da UFRGS, falecida em 2 de novembro de 1987, por afogamento, na Praia da Joaquina, em Santa Catarina. A carta foi lida pelo professor Sérgio Nicolaiewsky, presidente da ADUFRGS, na abertura do 7º Congresso Nacional da ANDES, realizado em janeiro último, em Juiz de Fora, MG. O Congresso também homenageou o cartunista Henfil que emprestou seu talento à confecção das peças promocionais da campanha política responsável pela eleição da atual diretoria da ANDES. A partir desta edição, "CARTAS" é um espaço aberto a todos os leitores que queiram tornar público seu pensamento sobre o ADverso, a ADUFRGS, ou outro assunto que seja de interesse dos docentes universitários.

Para
Maria
Helena



Querida Maria Helena,

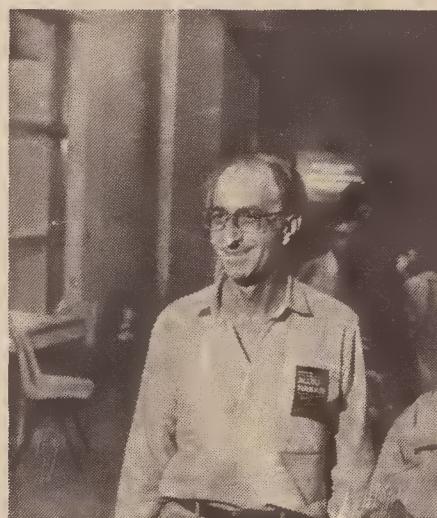
Lembramos sempre de ti com o maior carinho. Lembramos teu despontar no movimento durante a greve de 84; tua incansável participação no Comando de Greve no início deste ano. O pessoal da Letras, em especial, recorda tua atuação extraordinária como representante da Unidade no Conselho da Associação. Estamos sentindo tua falta no grupo de apoio à atual Diretoria por cuja eleição batalhaste com tanta convicção.

Mais do que isso, temos muita saudade de tua disponibilidade sem limites para ouvir nossas dúvidas e ansiedades, para ajudar na redação de nossos trabalhos, da força que davas aos nossos pequenos sonhos e ambições. Até andamos meio dispersos agora que não estás aqui para promover animadas festas por todos os motivos e por motivo nenhum.

De repente todas nossas lembranças parecem muito pequenas para sintetizar tua multiplicidade e dinamismo inigualáveis e todo o carinho que emanavas. Todo o nosso discurso soa banal e frio quando tentamos descrever tudo o que conseguias fazer de forma tão eficiente, tudo o que significavas para tanta gente.

Seria bom se pudessésmos fingir que só foste a Santa Catarina para teu doutoramento. No entanto, temos que olhar na cara um enorme vazio e tentar preenchê-lo com a imagem de uma mulher exuberante, de mãos gesticulantes, cabelos crespos quase cobrindo olhinhos apertados, de voz rouca e potente e um riso escrachadíssimo. Uma imagem forte e quente de quem viveu intensamente cada minuto, cada amigo, cada raio de sol.

Na impossibilidade de questionar o Criador deste mar inexplicavelmente violento sobre essa saudade dolorida, nos encontramos ainda perplexos ante tão subita e inesperada separação.



NOVA ADMINISTRAÇÃO JÁ TRABALHA NA UFRGS

Professores, funcionários e alunos da UFRGS, organizados em seis grupos de trabalho (Política Acadêmica, Política Pessoal, Atividades Meio, Política de Extensão, Assistência e Estrutura Universitária) discutem projetos para a nova administração da Universidade, a ser instalada a partir de agosto deste ano. Trata-se de uma proposta do Reitor eleito, Alceu Ferrari, que chama a comunidade a participar das decisões e caminhos a serem traçados.

Cada grupo, segundo a professora Celi Pinto, do Departamento de Ciências Sociais, está aberto à participação de novos membros que queiram apresentar sugestões nas diversas áreas onde atuam.

Teus colegas e amigos da ADUFRGS.

CONSTITUINTE RETARDA APOSENTADORIA

Os professores universitários não podem mais se aposentar aos 25 (mulheres) e 30 anos (homens) de trabalho, como os professores de 1º e 2º graus, pois a nova Constituição suprimirá este direito. A aposentadoria passará a ser aos 35 anos para os homens e aos 30 para as mulheres. A distinção entre os docentes de 3º grau e seus colegas de 1º e 2º graus foi introduzida pelo Deputado do PMDB gaúcho Luis Roberto Ponte, que também se diz professor universitário. Ponte, ao justificar sua proposta, afirma que "duvido que algum professor que conheça a realidade do trabalho daqueles que constituem 80% da massa de empregados no país, tenha a ousadia de dizer que trabalha em condições mais adversas", considerando que seria uma "injustiça manter a discriminação".

A emenda que pretendia antecipar em cinco anos a aposentadoria foi derrotada por 260 votos a 157, tendo o deputado gaúcho seu mais ferrenho opositor. Ele chegou a declarar que "professores universitários, que muitas vezes lecionam quatro horas por semana, em ar condicionado,

pretendem, em nome da justiça social, aposentar-se cinco anos antes que os serventes da construção civil, por exemplo, que freqüentemente morrem antes de terminar seus 35 anos de trabalho, quando terão direito a se aposentar".

"O crocodilo come a vítima e depois chora", afirma Renato de Oliveira, 1º Vice-presidente da ADUFRGS. "A ANDES, e todo o movimento docente, lutou na Constituinte entre outras coisas para a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, não só para que mais trabalhadores cheguem vivos à época da aposentadoria, como também para que milhares que hoje morrem por falta de trabalho pudessem encontrar um emprego. Como todos sabemos, justamente o Dep. Ponte foi um dos mais ferrenhos opositores a esta proposta."

"Quanto a afirmar que os docentes universitários têm 'vida mansa'", continua o prof. Renato, "está claro que esse Deputado não tem a menor idéia do que seja trabalho na universidade ou fora dela.

DEBATE: A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO

A avaliação da Universidade desde 1981 preocupa os docentes brasileiros. Este ano, o assunto voltou a debate, com a publicação de um editorial pelo jornal Folha de São Paulo e, desde então, inúmeros têm sido os artigos publicados em diversos jornais do País a respeito do assunto. Isso não quer dizer, no entanto, que o tema esteja esgotado. Pelo contrário, a cada dia a polêmica torna-se mais acesa. Como contribuição a essa discussão, publicamos o artigo do ex-presidente da ANDES, Newton Lima Neto, divulgado no mesmo jornal, no dia 8 de março deste ano, e os dos professores Louremi Ercolani Saldanha e Fábio de Lima Beck, da UFRGS.

AVALIANDO A AVALIAÇÃO

NEWTON LIMA NETO

A matéria publicada na Folha no dia 21/2 taxando de improdutivos professores da USP supostamente sem publicação no biênio 85-86, segundo levantamento realizado pela reitoria, suscita uma série de considerações. Artigos anteriores, produzidos pela Adusp ou por eminentes colegas daquela instituição, publicados por este jornal, já apresentaram, tanto sob o ponto de vista ético, quanto acadêmico e político, considerações pertinentes sobre o sensacionalismo da matéria com condenação explícita à estapafúrdia ação da reitoria.

Neste artigo pretendemos abordar um dos aspectos da polêmica: o processo de avaliação em si.

Para tanto, é preciso inicialmente esclarecer, antes que nos seja atribuída a pecha de opositores da avaliação — desfechada levianamente a quem ousa questionar os descaminhos em que ela foi medida — que, em artigo publicado nesta seção em 3/1/87, alertamos a opinião pública sobre a complexidade da questão, em função dos diferentes objetivos existentes e das especificidades das atividades acadêmicas. Pro-pugnamos que o problema não estava na necessidade ou não da avaliação, mas sim em como e para que avaliar.

Quanto aos objetivos, sustentamos que para o governo a avaliação se traduz como um eficiente mecanismo de controle e legitimação da sua política educacional privatizante e essencialmente reproduutora de conhecimento. “Para os professores, através do movimento docente organizado, a avaliação, lançada como bandeira de luta em 1981, muito antes, portanto, de o governo, as reitorias ou a imprensa tocarem no assunto, é instrumento imperioso articulado com a luta pelo estabelecimento de um padrão unitário de qualidade que visa promover a elevação real da qualidade das universidades públicas e privadas brasileiras, buscando-se, acima de tudo, a produção do saber.

Os docentes, portanto, são os primeiros interessados no processo de avaliação. Não só se submetem cotidianamente a ela, como parte integrante da sua vida profissional, como bem mostrou o artigo da professora Marilena Chauí nesta Folha em 24/2, como lutam para sua sistematização e aperfeiçoamento, para que os bolsões de mediocridade implantados pelo regime militar e fertilizados pela política da nova República sejam efetivamente extirpados, oxigenando e fortalecendo a proposta da universidade públ-

ca, gratuita, democrática e competente tão sonhada.

A disposição dos docentes à avaliação permanente do seu trabalho não é apenas teoria. Para dar um exemplo, certamente bastante significativo, é fundamental lembrarmos que todos os docentes da rede federal de ensino superior, após tentativas infrutíferas de acabar com insuportáveis distorções da carreira via conversações com o MEC, viram-se obrigados a paralisar as atividades em todas as instituições entre abril e maio do ano passado, para então conquistarem uma carreira única que acabou com o trenzinho de alegria e estabeleceu dentro outros pontos: 1) contratação e promoção à classe de professores titular exclusivamente por concurso; 2) promoção vertical por titulação (mestrado e doutorado); 3) promoção horizontal por avaliação, de dois em dois anos. Passem, pois esses pressupostos básicos associados ao serviço público não existiam na rede federal. Foi preciso conquistá-los à força. Na rede privada a luta é a mesma, encontrando, por parte dos mercadores de ensino, óbices óbvios de quem se preocupa com o lucro e não com a qualidade do ensino ministrado. Mais de 90% dos professores da rede particular não têm carreira, recebem baixos salários por hora-aula, num

mecanismo perverso de altíssima rotatividade gerada por constantes demissões. Como resultado, há a baixa qualidade de ensino.

Quanto aos métodos, defendemos um processo crítico e criterioso que leve em conta a plenitude das atividades ligadas ao magistério superior — pesquisa, extensão à comunidade e ensino —, que esteja contextualizada socialmente nas aspirações da maioria do povo brasileiro que, afinal, é quem paga a conta, que leve em consideração a diversidade própria das diferentes áreas do saber e que seja realizada de forma pública e democrática, envolvendo amplos setores da comunidade acadêmica e universitária.

Nosso alerta lançado no artigo de março não sensibilizou a reitoria da USP. Ao contrário, a julgar pela forma primária, estreita, burocrática, incompetente e a antidemocrática da tal listagem, deriva-se que temos divergências profundas de concepção sobre o que é avaliação do trabalho intelectual no interior de instituições de ensino superior.

A reitoria da USP, intencionalmente ou não, ao optar em seguir, a bula maniqueista e tecnocrática de avaliação propugnada pelo projeto, Geres/MEC, jogou, por via, de consequência, lenha na fogueira daqueles que hoje cerram fileiras junto ao governo para, através de estatísticas manipuladas, desmoralizar o ensino superior público e abrir espaço para a consolidação da sua política de privatização no novo texto constitucional.

Não fosse o altíssimo preço pago com a humilhação de centenas de professores, o desgaste imprudente da imagem da USP junto à opinião pública e o ataque frontal à instituição pública de ensino superior, poderíamos dizer que o episódio foi proveitoso ao indicar como não se deve proceder à avaliação da e na universidade brasileira.

Considerar análises críticas a simulacros de avaliação — como o posto em prática na USP — de ações corporativas que visam obstaculizar o processo em si, como fez a Folha em editorial, é um reducionismo estéril, porque certamente o processo de avaliação deverá prosseguir e ser constantemente reavaliado.

Newton Neto, ex-presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), doutor pela Escola Politécnica da USP e professor da Universidade Federal de São Carlos (SP).

AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO

LOUREMI ERCOLANI SALDANHA

Após publicação, pela Folha de São Paulo, da lista de professores considerados improdutivos pelo não conhecimento de suas publicações no biênio 85/86, vários professores, de diferentes ideologias, fizeram pronunciamentos, não só lamentando o fato, como também criticando a modalidade empregada referida como “levantamento feito pela Reitoria através de questionário”. Não poderia ser diferente o posicionamento de qualquer profissional do ensino. Coloca bem Newton Lima Neto quando se refere ao episódio como um desgaste da imagem da USP à opinião pública e um ataque frontal à instituição pública de ensino superior. E, para quem através de anos acompanha a preocupação da USP com o mérito acadêmico, caracterizando-se pelo rigorismo na qualificação e seleção de seus docentes, lamenta profundamente o ocorrido. Da matéria que tive oportunidade de ter conhecimento comentando o assunto, devo dizer que discordo de meus colegas quando se referem ao levantamento como um ato de avaliação. Aceitar os resultados de um levantamento de informações como um ato avaliativo seria simplificar demasiado uma ação que é extremamente complexa e implica numa valoração. E, acredito que por aqui começa o problema da avaliação na Universidade. Ele está muito mais no Conceito de Avaliação existente. Será que todas às pessoas que formam a comunidade interna possuem uma idéia clara e objetiva sobre o que é uma avaliação, o que significa avaliar? Certamente não. O problema é extremamente complexo e não se pode nominar de avaliação o simples ato de alguém fazer um levantamento sobre publicações de professores e com isto julgar que o professor está sendo avaliado. Não, o que foi feito não foi uma avaliação.

Se concordarmos que avaliar significa atribuir um valor e que a educação é fundamentalmente baseada em valores e a Universidade é responsável pela criação, desenvolvimento e disseminação, junto à comunidade interna e externa, desses valores, perguntamos: Como podemos pensar em fazer avaliação do Ensino Superior sem que haja uma consciência dos va-

lores vigentes e dos valores assumidos por nossa Universidade, e para irmos mais além, dos valores ainda não assumidos e que estão sendo reivindicados e apontados a todo momento como necessidades da sociedade brasileira? Há valores que são mais fáceis de ser visualizados e valorados no contexto universitário, como as bibliotecas, os laboratórios, os equipamentos, as instalações, a melhoria salarial de docentes e funcionários. E vejam que sobre esses valores já se faz uma avaliação contínua e até, em alguns casos, sistemática. Mas, a melhoria deles, não assegura necessariamente, a melhoria por exemplo, de mais responsabilidade no preparo das aulas, a melhoria no sistema de acompanhamento da aprendizagem do aluno, o envolvimento com um ensino interdisciplinar, maior e mais dedicação de funcionários para com a instituição, e, assim como esses, uma série de valores capazes de gerar indicadores que representem a pluralidade que existe numa instituição universitária.

Acreditamos que para chegar a operacionalizar uma avaliação do Ensino em nossa Universidade precisamos antes trabalhar com toda a comunidade o conceito de avaliação, em outras palavras, produzir conhecimento sobre Avaliação, o que implicará numa tomada de posição, na escolha de uma metodologia e na definição de uma prática. Gerar conhecimento partindo de uma concepção assumida sobre avaliação é uma forma de chegar a uma avaliação democrática trazendo informações para dentro do grupo e com isso encaminhando o nascimento de um projeto de desenvolvimento acadêmico. Assim encaminhado o processo, a Avaliação passará a ser uma necessidade e sendo reconhecida como tal, mais facilmente será legitimada pelos responsáveis por sua realização.

LOUREMI ERCOLANI SALDANHA é doutorada em Educação e Livre Docente em Tecnologia Educacional. Professora Titular na área de Educação, Diretora do DEPEG e da Pro-Reitoria de Graduação da UFRGS (PROGRAD).

AVALIAÇÃO - RECORDAR É PRECISO

FÁBIO DE LIMA BECK

Têm sido tão freqüentes os artigos e textos sobre avaliação da Universidade e tão variadas as formas de intervenção a respeito que o interessado menos atento deve estar confuso e perplexo. Nesse debate intervém o Estado, que proclama, através do Ministério da Educação, a necessidade urgente de a Universidade prestar contas à sociedade. Despontam também professores e pesquisadores ilustres, insistindo em que uma instituição que utiliza recursos públicos não pode dispensar controles externos. Mais recentemente, o assunto ganhou repercussão com editorial da Folha de São Paulo, intitulado: “Os improdutivos da USP”, abordando as atividades dos professores daquela instituição.

Na discussão, as universidades e principalmente os professores, aparecem como acusados e os que se colocam como porta-vozes da sociedade, os acusadores. No entanto, em artigo recente da Folha, o professor Newton L. Neto, presidente da ANDES, afirma que os próprios docentes são os principais interessados no processo de avaliação.

Parece, assim, que todos buscam o mesmo objetivo, que o respeito ao compromisso social da Universidade é consensual, que a avaliação é indispensável à Universidade pública e que não haveria portanto razões para o debate e a discordância. O que há então, para que o interessado menos atento não compreenda a polêmica?

A questão que se coloca é a do claro-escuro de verdade e engano que paira sobre a avaliação na Universidade. Para sair desta nebulosa é preciso contextualizar a discussão desde alguns pontos críticos fundamentais que permitem caracterizar melhor “quem é quem” no debate. Primeiramente é preciso lembrar a derrota do Relatório GERES (1986), rejeitado por praticamente toda a comunidade acadêmica e por inúmeras sociedades científicas, o qual abria caminho para a lógica empresarial privada dentro da Universidade pública. Neste projeto estava previsto um sistema de avaliação articulando SESU, CFE e especialistas, visando verificar o desempenho institucional e a qualidade da chamada “universidade do conhecimento”. Em segundo lugar é preciso recordar as conquistas salariais e políticas dos professores, sob a direção da ANDES, que, após a greve de 1987 passaram a constituir uma única e grande categoria de trabalhadores intelectuais em defesa da Universidade pública, gratuita, competente e democrática. Finalmente, é preciso recordar o momento constituinte,

onde diversas correntes ideológicas e econômicas interessadas na privatização do ensino, aproveitam para apregoar a inviabilidade financeira e a baixa produtividade das Universidades públicas. Essas correntes foram derrotadas na Comissão de Sistematização da própria Constituinte.

Agora então, o Estado e as correntes privatistas que abriga parecem partir para uma nova ofensiva, com os mesmos objetivos: Demonstrar através de um sistema de avaliação que se diz independente dos conflitos anteriores, que as universidades públicas são improdutivas e ineficientes, que a aplicação do sistema de avaliação permitirá saber “quem é quem”, estabelecer um “ranking” de classificação e competição e, com base nele, restrinir e direcionar recursos para áreas e instituições determinadas. Ora, se o problema fosse realmente a avaliação acadêmica, a questão de há muito já poderia ter tomado outro rumo, pois a preocupação com o tema no movimento docente é pública e conhecida pelo MEC desde 1982, estando atualmente centrada nos seguintes pontos:

— Que a discussão sobre avaliação acadêmica seja precedida de discussão sobre a Política Educacional do Estado.

— Que após a conclusão dos trabalhos constituintes seja proposta a reestruturação da Universidade pública brasileira.

— Que os marcos referenciais desta nova Universidade sejam os paradigmas básicos para qualquer avaliação na Universidade.

— Que, para efeitos de avaliação, sejam definidos democraticamente níveis de competência, mecanismos de representação, e critérios de avaliação em coerência com a proposta da nova Universidade.

— Que os critérios de avaliação considerem os programas governamentais para o setor, os mecanismos de gestão do poder e dos recursos, os compromissos sociais da Universidade, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, a heterogeneidade regional e das áreas de conhecimento e a conjuntura histórico-política.

O movimento docente conquistou expressivas possibilidades de transformação da Universidade. Discutir a avaliação acadêmica, hoje, só faz sentido como parte dos esforços para esta transformação.

FÁBIO DE LIMA BECK, é Pedagogo, mestre em Educação, atuando nas Unidades de Apoio Pedagógico das Faculdades de Agronomia e de Veterinária da UFRGS.

INTERVENTOR NO LUGAR DO REITOR

Através de eleições paritárias, com a participação das três categorias que integram a Universidade, a UFBA elaborou uma lista sétupla, no início de maio de 1987, a ser encaminhada ao MEC para a nomeação do Reitor. Os votos da comunidade polarizaram-se em torno de dois nomes: os professores Eliane Azevedo (Reitor eleita) e Suzana Alice Cardoso. Apesar disso, o presidente da República, decidiu nomear o quinto nome da lista, professor Rogério Vargas, que deteve 3,6% do total dos votos. Para a professora Ana Maria de Carvalho Luz, da diretoria da APUB (Associação dos Professores da UFBA) esta escolha resulta de articulações políticas levadas a efeito pelo deputado baiano Carlos Sant'Ana e pelo ministro Prisco Viana — ou seja, do Centro que, na ocasião das eleições, ganhou vulto em Brasília.

Segundo Ana Maria Luz, o deputado Carlos Sant'Ana ao ser abordado pela diretoria da APUB, declarou que era necessário acabar com "essa autonomia dos Reitores que, quando eleitos, sentiam-se muito fortes". E mais, que o governo federal não tem compromisso em indicar o primeiro da lista: "Dá o dinheiro, financia a Universidade e, por isso, tem que escolher uma pessoa de sua confiança". Além disso, Sant'Ana disse que o CRUB está se tornando um órgão muito contestador do governo e a intenção é alterar a composição deste Conselho.

BOCA NO TROMBONE

Assim que o Diário Oficial publicou a nomeação de Vargas, os três segmentos

PAINEL DAS ELEIÇÕES

NA UFRGS, FERRARI É QUESTÃO FECHADA



Ainda distante de seu ideal de autonomia, onde a população acadêmica almeja participar da escolha de todos os seus dirigentes, sem a intervenção do governo central, e não admitindo ingerências na condução do processo, o pleito de abril foi vitorioso sob todos os pontos de vista, conforme analisa Sérgio Nicolaiewsky, presidente da ADUFRGS. No decorrer da campanha, explica, não aconteceram incidentes maiores. No dia e na hora da apuração o comportamento foi o que só poderia esperar de uma comunidade universitária. Além disso, em nenhuma eleição anterior o índice de participação das três categorias foi tão elevado, o que significa que a lista sétupla tem um forte compromisso com a indicação do primeiro nome que, inegavelmente, é o Reitor com o respaldo da Universidade, conclui.

GREVE DE FOME

A notícia da nomeação de Lustosa, passando

por cima do Ministério da Educação e Cultura,

órgão encarregado dessa missão em casos

semelhantes ao da UNIR (fundada há cinco anos,

em fase de estruturação) caiu como uma bomba,

não só junto aos meios acadêmicos, como no próprio MEC, explica Gonzaga, gerando uma crise interna no Ministério.

EXPEDIENTE

A comunidade decidiu-se, então, por uma paralisação, iniciada em 21 de março, tendo por palavra de ordem: Foro interventor!, exigindo também que o Conselho Técnico do MEC viabilizasse eleições diretas o mais rápido possível. Além disso, quatro estudantes, dois funcionários e dois professores iniciaram uma greve de fome em repúdio à nomeação de Lustosa, cuja única ligação com a Universidade era sua posição anterior enquanto membro do Conselho Diretor da UNIR.

- 1º Tesoureiro: Darci Campani
- 2º tesoureiro: Joacir Medeiros
- Suplente: Adroaldo Gaya
- Suplente: Rosemary de Oliveira
- Adverso:
- Comissão editorial:
- Renato de Oliveira
- Maria Júlia Lopes
- Eloína Santos
- Joacir Medeiros
- Redação e edição: Fria Comunicação e Marketing
- Diagramação: Sosa
- Impressão: Proletra Fone: 26-7780
- Tiragem: 3.000 exemplares

1º

2º

3º

4º

5º

6º

7º

8º

9º

10º

11º

12º

13º

14º

15º

16º

17º

18º

19º

20º

21º

22º

23º

24º

25º

26º

27º

28º

29º

30º

31º

32º

33º

34º

35º

36º

37º

38º

39º

40º

41º

42º

43º

44º

45º

46º

47º

48º

49º

50º

51º

52º

53º

54º

55º

56º

57º

58º

59º

60º

61º

62º

63º

64º

65º

66º

67º

68º

69º

70º

71º

72º

73º

74º

75º

76º

77º

78º

79º

80º

81º

82º

83º

84º

85º

86º

87º

88º

89º

90º

91º

92º

93º

94º

95º

96º

97º

98º

99º

100º

101º

102º

103º

104º

105º

106º

107º

108º

109º

110º

111º

112º

113º

114º

115º

116º

117º

118º

119º

120º

121º

122º

123º

124º

125º

126º

127º

128º

129º

130º

131º

132º

133º

134º

135º

136º

137º

138º

139º

140º

141º

142º

143º

144º

145º

146º

147º

148º

149º

150º

151º

152º

153º

154º

CONTRA O CONGELAMENTO DA URP

A ADURGS, através de sua assessoria jurídica, está encaixando à Justiça Federal uma série de ações cautelares com o objetivo de combater a retirada da URP dos salários dos professores. Até o momento, mais de 300 docentes ingressaram com essa medida judicial, em consonância com outras formas de mobilização que compõe a luta nacional do funcionalismo público contra o decreto presidencial que congela a URP. A direção da ADUFRGS acredita que nos próximos dias receberá mais adesões à medida judicial.

"A VERDADE SOBRE O PACOTE ECONÔMICO"

O governo federal divulgou, em 7/4/88, um novo pacote econômico, voltado sobre tudo para o achatamento dos salários do funcionalismo, afirmando tratar-se de seu ataque eficaz e necessário ao déficit público.

Na verdade, o governo arrocha a folha salarial por outros motivos. Em primeiro lugar, porque não pretende atacar os interesses especulativos de quase todos os grandes capitalistas e empresários que operam pesadamente no mercado financeiro, especialmente com títulos governamentais (sobretudo OTNs); nem pretende cortar os subsídios com que uma enorme gama de empresas privadas se mantêm à base de recursos públicos; nem pretende enfrentar os credores internacionais, deixando de pagar a dívida externa. Com isso, ficam intocados os componentes responsáveis pela gigantesca dimensão e crescimento acelerado do endividamento interno: o financiamento da dívida pública, a dívida externa e os subsídios. O corte nos salários do funcionalismo, atingindo um componente secundário na geração da dívida, não terá efeitos significativos no enfrentamento do déficit. Trata-se, porém, para o governo de obter um desafogo, ainda que limitado e passageiro.

Mas a causa fundamental do arrocho é outra. A política econômica, comandada pelo FMI, está claramente orientada no sentido de reduzir a demanda interior e os custos dos setores exportadores da economia, para com isso elevar as exportações, tornando viável o pagamento da dívida externa. No centro da política econômica está, portanto, o arrocho salarial, com consequente recessão econômica.

Sob o pretexto de combater o déficit público, o governo congela os salários do funcionalismo. Mas deixando claras suas verdadeiras intenções, prepara-se para atacar os salários de todos os trabalhadores, eliminando também para eles a URP.

Ao mesmo tempo, para conter a inevitável reação dos trabalhadores, o pacote ameaça com o não pagamento dos dias parados em caso de greve, enquanto cresce rapidamente a repressão aberta contra todos os movimentos reivindicatórios, em escala comparável à vigente nas piores fases do regime militar.

Como uma reafirmação do caráter autoritário não apenas das medidas do pacote, mas também toda ação global do governo, este mais uma vez recorre ao uso de decretos-lei, mesmo com a Constituinte tendo decidido pela eliminação dessa herança da ditadura.

Além disso, como o governo atual coloca em último lugar na sua escala de prioridades a educação, ao lado da saúde e, como sua política para o ensino superior é acima de tudo privatizante, o pacote econômico inclui medidas que têm efeitos devastadores sobre as Instituições Federais de Ensino Superior — IFES.

ARROCHO SALARIAL

O decreto-lei 2425 congela os salários por dois meses, suspendo os reajustes pela URP. Supondo-se, com otimismo, uma inflação mensal de 20% em abril e maio, o corte nos salários desde a última data-base (01/03/88) atingirá 43%, segundo o índice calculado pelo Dieese. E, como já se viu acima, nada garante que, em junho, o governo não tenha extinto definitivamente a URP.

Além disso, são cortadas pela metade todas as "gratificações" e vantagens pecuniárias de qualquer natureza "para os docentes que não se dedicarem exclusivamente às IES em que trabalham." Este fato é ainda mais grave porque esse corte atinge:

— a gratificação de 20%, conquistada a partir de 01/10/87.
(D.L. 2365), que o movimento docente

sempre lutou e luta para ter incorporada aos salários;

— a partir dos salários dos docentes correspondente aos incentivos a mestrado e doutorado, que a Sedap e a área econômica do governo insistem, contra a letra da legislação, em considerar como gratificações.

CORTE DE PESSOAL

A perda salarial tende a promover a evasão de docentes das IFES para as empresas privadas, agravando o estrangulamento já criado por decretos anteriores (de nº 95.682 e 95.683), que proibiram a contratação de professores até mesmo para reposição dos que se aposentam, demitem-se ou falecem. Esse estímulo à evasão é reforçado por duas outras medidas:

O D.L. 2424 oferece vantagens pecuniárias para os servidores públicos (com dois ou mais anos de serviço) que se demitem voluntariamente. E em um Projeto de Lei Complementar permite aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço para quem tenha pelo menos dez anos no serviço público. Em ambos os casos, é proposta a substituição dos que se afastem.

O D.L. 2425 impõe ainda o não pagamento dos dias parados em caso de greve, em evidente pressão preventiva aos prováveis movimentos de reação do funcionalismo.

VIOLAÇÃO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

O governo, através de medidas adotadas pelo MEC, a Sedap e a área econômica, vem, desde o ano passado, ferindo cada vez mais a autonomia universitária das IFES: parte dos salários dos docentes (correspondendo aos incentivos a mestrado e doutorado) passou a ser interpretada como gratificação; servidores de outros órgãos governamentais foram lotados em IFES sem concurso público; docentes foram enquadrados como servidores técnico-administrativos e vice-versa; o plano de carreira de docente e servidores vem sendo sucessivamente adulterado, eliminando-se conquistas vitais para as IFES.

Agora, com o pacote econômico, a autonomia universitária é de novo violentamente atingida, ficando as IFES ainda mais limitadas para decidirem quanto ao desenvolvimento de suas atividades particularmente no tocante a seu quadro de pessoal.

Com esse conjunto de medidas, o governo mostra que, conjugadamente com o ataque geral desfechado contra o funcionalismo, ataca, também, drasticamente, o ensino superior público e gratuito, através do estrangulamento das IFES.

As Associações de Docentes das IFES e a ANDES, reunidas na Universidade de Brasília, declararam unanimemente que não se dobrarão frente à ofensiva governamental, que se unem à luta de todo o funcionalismo público federal contra o pacote econômico e que manterão a firme defesa da Universidade Pública e Gratuita.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1988.

Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior — ANDES
Associação dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

MOVIMENTO DOCENTE

SINPRO - 50 ANOS DE VIDA E DUAS DÉCADAS DE LUTA

O slogan "Nos próximos 50 anos os professores vão dar um baile", caracteriza, segundo a professora Lígia Kauer, secretária-geral do Sindicato dos Professores (SINPRO), o momento histórico que a Instituição atravessa quando comemora meio século de sua fundação. Em vez de voltar-se para o passado, projeta suas expectativas no futuro, o que passa pela organização da categoria por locais de trabalho (na medida do possível vinculada às atividades do Sindicato) e pela ampliação do número de associados.

A bandeira levantada pelo SINPRO, sob a presidência do professor Marcos Führ é, também, no sentido de chamar os docentes à discussão não só das questões específicas da categoria, mas às dos trabalhadores, na medida em que há um entendimento de que as reivindicações da classe trabalhadora não difere das dos professores. Lígia Kauer observa que o fato da SINPRO ter 50 anos não significa igual período de representatividade dos anseios da classe porque, quando foi fundada, a postura do Sindicato era a de aceitar as determinações legais, o que o atrelava ao Governo. Foi a partir da década de 70 e ao longo dos anos 80 que mudanças significativas se processaram. As próprias eleições de 1980 marcaram esta nova postura, expressando uma disputa entre posições diversas, conclui a secretária-geral.

Segundo o SINPRO, a categoria dos professores é formada por cerca de 20 mil docentes, dos quais apenas sete mil são sindicalizados, sendo que 50% das vinculações foram obtidas ao longo de 1980.

ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA: A GREVE CONTINUA

Os professores da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia, estão em greve desde o dia 29 de março e contam com o apoio irrestrito dos seus estudantes. Nas duas primeiras semanas do atual semestre letivo as atenções estavam divididas entre a retomada das atividades acadêmicas e a necessidade de uma ampla mobilização em defesa das melhores condições de trabalho e de salário. Os professores e estudantes foram levados a discutir e a se posicionarem sobre as precárias condições de funcionamento da Universidade. Antes mesmo que os professores decidissem pela paralisação, os estudantes de História e de Enfermagem entraram em greve, denunciando a falta de verbas para o pleno funcionamento dos seus cursos.

Os professores, por sua vez, após sucessivas audiências com a Secretaria de Educação e o Secretário de Trabalho, sem nenhum resultado satisfatório, decidiram em Assembleia do dia 29/03, entrar em greve por tempo indeterminado, apresentando as seguintes reivindicações: a) Reposição salarial de 103,13%; b) Encaminhamento e aprovação imediata do Estatuto do Magistério Superior da Bahia; c) Liberação de mais verbas para a UEFS.

A greve dos professores da UEFS já está completando dois meses. Trata-se da 2ª greve que os professores enfrentam em pouco mais de um ano do governo Waldir Pires. A tática do governo tem sido a mesma do ano passado: recebe os professores em audiências sucessivas, mas não apresenta proposta concreta, apostando no cancro e no esvaziamento do movimento. No ano

passado, as Universidades Estaduais da Bahia, fizeram a mais longa greve da história do movimento docente. Foram mais de cem dias paralisados, tendo o semestre letivo sido inviabilizado na UNEB e na UESB. Este ano, apesar da UNEB e UESB estarem apoiando o movimento e se fazendo representar nas audiências, elas não entram em greve. A UEFS, após dois meses de paralisação e sem perspectiva de término do movimento, terá, provavelmente, o semestre letivo de 88 inviabilizado graças, mais uma vez, à irresponsabilidade do governo Waldir Pires.

EDUCAÇÃO EM SEGUNDO PLANO

O desrespeito e o descaso tem sido a tônica do comportamento do governo da Bahia para com as Universidades Estaduais. Prioridade para a Educação só existe no discurso. Na prática, a incompetência e descompromisso do governo Waldir Pires em relação ao tratamento dos problemas da Educação tem aprofundado a crise no setor, forçando professores universitários e de 1º e 2º graus (atualmente paralisados), a recorrerem pela 2.ª vez a uma forma de luta mais radical: a greve. O governo tem cada vez mais dificuldade de manter a sua performance aparentemente democrática. Na prática, impõe às Universidades Estaduais uma política de exterminio. Ao mesmo tempo, submete o funcionalismo público estadual a um arrocho salarial sem precedentes. Nesse sentido, Waldir Pires não discorda do governo Federal: na hora de escolher quem deve pagar o rombo do déficit público, ele e o Sarney estão de acordo e apresentam a conta ao trabalhador.

Durante esses dois meses de greve, os professores da UEFS conseguiram que a Comissão Paritária responsável pelo encaminhamento do Estatuto fosse convocada e concluisse os trabalhos,

CONSTITUINTE

GARANTIDOS OS INTERESSES PRIVATISTAS NA EDUCAÇÃO

Algumas semanas antes da votação do Capítulo sobre Educação o Centrão armou uma manobra tática visando garantir a continuidade da expansão do ensino privado no país. A manobra refletiu bem a lógica de mercador que preside as ações do Centrão: elevar o preço da mercadoria ao absurdo para que o "freguês" a compre pelo preço desejável — e coisa que não falta nesta Constituinte para o Centrão. Assim, o Ex-Ministro da Educação, Senador Jorge Bornhausen, apresentou uma emenda ao Projeto da Comissão de Sistematização instituindo a obrigatoriedade do ensino pago nas IES públicas.

Não vamos comentar aqui a falácia sobre a qual se fundamenta a proposta. O que interessa é que imediatamente ela se converteu no principal ponto de divergência no Capítulo da Educação. Mera ilusão! Reforçando-a, foi fácil ao Centrão conseguir junto aos setores ditos progressistas concessões que garantem o fundamental o fundamental de seus interesses.

É claro que a Constituinte registrou alguns avanços na própria questão da gratuitade do ensino. Enquanto na atual Constituição está prevista a implantação gradativa do ensino pago nas instituições públicas, pelo texto agora aprovado ele será gratuito. Este avanço, no entanto, foi conseguido ao preço de um imenso retrocesso na situação do ensino privado, onde trabalham metade dos docentes de ensino superior e onde se localiza quase 80% dos estudantes — um peso quantitativo que obviamente determina o perfil da qualidade do sistema de ensino superior como um todo.

Pelo Art. 248 aprovado, poderão receber verbas públicas as IES que não tenham fins lucrativos e que, em caso de extinção, seu patrimônio passe para o Estado ou para uma instituição congênere. Ora, a atual Constituição proíbe o lucro nas atividades de ensino. Como, daqui para a frente, as instituições que não tenham fins lucrativos podem receber verbas do Estado, é de se supor que existirão outras que terão fins lucrativos, e que, portanto, não receberão verbas públicas. Ou seja, a mercantilização do ensino, hoje uma situação de fato, passa a ser admitida constitucionalmente.

Quanto à segunda condição imposta para o recebimento de subsídios públicos, isto é, que o patrimônio das instituições passe para o Estado ou instituição congênere em caso de desativação, é de uma comovante ingenuidade. Significará quando muito, e na melhor das hipóteses, que o Estado assumirá a massa falida das empresas educacionais, ou que estas passarão para o controle de outras empresas do ramo, num processo de monopolização que, dada a dimensão desse setor da economia, não deixaria de ser previsível.

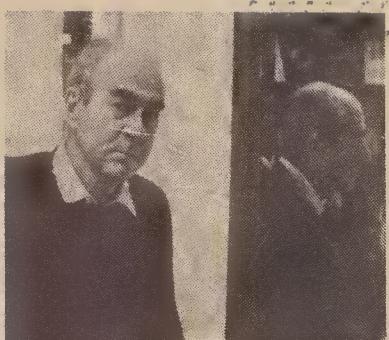
Qual seria a alternativa? Nada complicado. Bastaria à Constituinte exigir a separação jurídica entre as IES privadas e suas respectivas mantenedoras, declarando a autonomia dessas IES. Assim, o repasse de recursos financeiros, quando fosse o caso, dar-se-ia diretamente para as IES, sob controle das respectivas comunidades acadêmicas, e não para as mantenedoras, que se especializaram em transformar recursos públicos em capital imobiliário. Esta é a proposta da ANDES. Os constituintes, no entanto, preferiram fazer ouvidos de mercador.

Outro retrocesso foi a limitação da exigência de planos de cargos e salário apenas para o magistério público. Continuarão, portanto, os docentes da rede privada a serem "professores-horistas", sem qualquer estímulo à pesquisa e ao aperfeiçoamento profissional. Isto significa que a Constituinte entende ser a atividade docente nas redes públicas e privadas atividades diferentes. Qual seria a diferença senão o fato de que, nas IES privadas, o interesse do capital se sobrepõe ao interesse público?

tendo o texto sido enviado à Assembleia Legislativa. O quadro salarial que acompanha o texto, no entanto, não foi fruto de uma discussão na Comissão, mas uma imposição do governo que em nenhum momento sentiu com os representantes dos professores para discutir a proposta do movimento. Segundo o quadro do governo, o professor auxiliar 20h terá um salário de Cz\$ 34.000 a partir da aprovação do Estatuto. Os professores propõem Cz\$ 54.000. Até esse momento, o governo se recusa a sentar na mesa para discutir. A disposição dos professores é de manter a greve enquanto o governo "democrático" de Waldir Pires se recusa a estabelecer uma negociação sobre a questão salarial.

PARANÁ GOLPE CONTRA A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Apesar da grande mobilização da comunidade universitária das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, a Assembleia Legislativa desse Estado, aprovou no dia 05 de maio, o anteprojeto de lei, encaminhado pelo governador Álvaro Dias, que fere diretamente a autonomia das IES. O governo Álvaro Dias tem sido responsável por uma campanha sistemática de desgaste da imagem das IES visando na verdade, justificar o seu intuito de gerenciar autoritariamente as Universidades. No inicio desse ano, Álvaro Dias tentou atingir a autonomia das IES através de um decreto-lei. Grácas, porém, à ampla mobilização e



IBERÊ CAMARGO PROFISSÃO: PINTOR "PRÁTICO LICENCIADO"

Iberê Camargo desembarcou em Porto Alegre em dois momentos distintos de sua vida, vindo de longe, carregado do recuo necessário para ver a realidade tal qual ela é. Na primeira vez, aos 22 anos, vindo de Restinga Seca, onde nasceu, recebeu o impacto de uma capital que nessa época desconhecia e interpretava mal o modernismo. Era uma cidade conservadora, onde Fernando Corona e Casimiro Fernandes eram dos poucos que aceitavam o novo. O Instituto de Belas Artes, fechado ao modernismo, congregava a maioria dos pintores que exercia o magistério. Nesse ambiente, a literatura era o ponto culminante da criatividade gaúcha, com Érico, Moog, Quintana e outros.

Iberê vive aqui por 16 anos e muda-se para o Rio de Janeiro. Anos depois, em 1982, a vida devolve-o a Porto Alegre. E, desta vez, surpreende-se com o "marasmo cultural", expressão que ele próprio usou pela primeira vez em 1965, no histórico debate do extinto Teatro de Equipe, quando ainda não imaginava o quanto a expressão seria real. "Existem grandes nomes — esclarece — em todas as áreas, mas o 'achinamento nacional', que vem da massificação da miséria material e cultural sufoca a todos. Fala-se em promover a cultura, mas não se lhe dá os meios materiais para isto. Cria-se uma Secretaria de Cultura com não sei quantas datilógrafas, uma enorme burocracia, mas as condições materiais de trabalho não existem ou são inacessíveis para a maioria dos artistas. Então, que cultura é essa que estão oferecendo? É apenas para mostrar o quanto somos atrasados?" O pintor lembra um museu que visitou recentemente no Uruguai, funcionando num prédio modesto, "com um diretor, uma secretaria e um vigia. Quanto a nós... precisa comentar?"

AMOR À TERRA

Visitamos Iberê querendo saber de suas duas chegadas a Porto Alegre. Depois de várias horas de uma conversa surpreendente nos ocorreu os versos de um poema visionário: "Sou gaúcho e me basta/Prá ser feliz no Universo". A Iberê, ser gaúcho não lhe basta para ser feliz. Mas lhe basta para construir seu próprio Universo. Um Universo que tem pontos de referência muito precisos: "dizer que esta terra teve fronteiras riscadas à ponta de lança não é bravata. Foi assim mesmo, e isso mostra que aqui existiu amor à terra e que este amor está nas nossas origens. Esquece-lo resultado nisso que está aí". "Isso que está aí" é o "achinamento", a perda de identidade nacional e a incapacidade a resistir ao colonialismo, à alienação cultural e à miséria.

Seu Universo, rigoroso, lhe impõe atitudes precisas: num ônibus no Rio de Janeiro, quando o condutor manda os passageiros que viajam de pé no corredor (o que é proibido) se acocorem para não serem vistos num posto policial, Iberê não aceita e prefere descer do ônibus. "Como é que uma pessoa aceita ficar de cócoras enquanto outras lhe suprimem seus direitos? Como é que consegue não se sentir humilhada e não resistir à essa humilhação?"

"Os personagens do Universo histórico de Iberê jamais ficaram de cócoras, 'e nos largaram uma terra, uma nacionalidade, contra tudo e contra todos. Que estamos fazendo com ela?'"

-- Os caudilhos existiram, Iberê?

— Existiram, e não deveríamos permitir que se perdesse sua memória. Quem se lembra ou sabe quem foi um homem chamado Honório Lemos, por exemplo? É claro que muitos deles lutaram pelo latifúndio. Mas chê, a vida é uma só, e quando um camarada não tem medo de perdê-la, quando a entrega assim, tem que ser respeitado! Mas se alguém hoje falar em Zumbi são capazes de confundir com zumbido!"...

Este esquecimento nega não apenas nossos nomes, mas também iniciativas importantes das quais nada mais resta. "Já tive-

Um homem indignado com a miséria que rói as pessoas, que inviabiliza a criação artística, que retrai e amedronta. Um artista preocupado com a "morte do mundo" pela poluição, pela corrupção, pela pobreza, e que registra, a cada instante, nas cores cinzas de suas telas, pintando o "lixo da vida". Suas séries "miséria", "desastres", "papeleiros", entre outras, estão carregadas do lado sombrio da existência e da amargura de alguém que entabula uma conversa dizendo: "Os olhos do coração são realmente os que dizem a verdade...", e conclui seu pensamento sugerindo uma exposição de pinturas com merda sobre folha de bananeira, segundo ele mostra fiel da nossa realidade.

mos aqui uma revista como a da Editora Globo, não é? Dirigida por Justino Martins, outrora lida em todo o país e hoje desaparecida." Fala-se em intercâmbio cultural com outros países, "mas trocar o quê, se somos nascidos hoje? se nossos ídolos são importados?"

Foi criticando essa falta de memória que sugeriu, numa recente entrevista, que se colocasse uma estátua de John Lennon (para a qual se estava procurando um lugar), no pedestal onde hoje está Borges de Medeiros. "Poderíamos também aproveitar — ironiza — e trocar o Duque de Caxias, que está lá mal posto sobre aquele cavalo na Praça da Alfândega, por Humphrey Bogart, ou então, melhor ainda, por aquela mulher que recebe os ventos por baixo. Pois não são estes os nossos ídolos?"

COR LOCAL

Ser gaúcho, para Iberê, não lhe basta para ser feliz. Mas é nesse Universo que vai buscar uma espantosa lucidez. Sua visão da realidade é amarga não apenas porque fere a sensibilidade do artista, mas porque é filtrada por um sentido de honradez, de dignidade humana, de certeza que a vida não é nada sem um objetivo que a torne transcendente, e de que as pessoas são cotidianamente roubadas deste objetivo; "me criei ouvindo as histórias de grandes personagens. Nelas é que me formei, e não nas academias." Cantarola o Hino da Revolução Federalista e mostra a pele arrepiada do braço: "Vejam, com isto Iberê se emociona" (na conversa, de passagem, Iberê não hesita em acariciar a idéia do separatismo. Mas é apenas um movimento de destaque de seu próprio Universo, pois o compromisso de Iberê com a realidade objetiva da vida ultrapassa qualquer idéia de fronteira).

— Como você sente sua arte neste ambiente, Iberê?

— Veja, a arte é uma linguagem universal. Cabe ao pintor, a cada artista individualmente, dar a sua cor local (frisa, como se pegasse a "cor local"). Cabe a cada artista exprimir a sua forma de sentir a realidade, de exprimir a sua vivência. Então eu pinto isto que eu vejo, que eu sinto, esta miséria das pessoas. Uma árvore frondosa e florida não me atrai, sabes? Mas uma árvore seca, desfolhada, para mim está muito mais próxima de exprimir este mundo. É assim que eu vejo. Mas, como pintor, eu tenho que participar do ente da arte. Isto é muito importante (frisa, em tom professoral).

A "cor local" Iberê busca-a em suas andanças pela cidade, pelas praças, onde vê, espreita as pessoas, espera a repetição do gesto, pois "as pessoas são como um carroce, giram sempre, se repetem", e capta estes momentos em rápidas anotações, esboços ligeiros do que serão mais tarde suas telas. (Foi num destes momentos, quando fazia anotações sobre os manequins da vitrine da Casa Lyra, para sua série "Modelos", que passou uma senhora, viu seus desenhos e comentou: "Como o senhor desenha bem, moço! Eu nem preciso desenhar. Chego em casa e faço estes modelos direitinho tudo de memória.") — "A senhora é que é fetiche", brincou Iberê. "Eu fico aqui

copiando, copiando, e depois chego em casa e me corto todo com a tesoura, me espelho os dedos com a agulha e não consigo fazer nada disso aí..."

ALGO ESTRANHO

— E como é que você trabalha? Esse negócio de disciplina funciona?

— Não, não, não (repete várias vezes). É uma coisa passional, pura paixão. Quando estou trabalhando não conta a hora, comida, nada. Se fico muito tempo sem trabalhar fico angustiado (levanta e anda pelo atelier). É uma coisa imprevisível. (Imprevisível como na ocasião em que Jane e Marisa, suas amigas de Santa Maria, vieram visitá-lo. Iberê estava terminando um quadro, e quando as viu, achou que elas estavam com "algo estranho, vestidas nuns tons de preto", e convenceu-as a posar para ele. Quatro horas depois, sem interrupção, estava pronto "Jane e Maria", um quadro de no mínimo 1,50 x 0,90 metros, que hoje faz parte da coleção particular de sua mulher, Maria.) E é tudo um momento. É um momento que a gente sente e capta. Às vezes faço uma anotação e depois, quando vou passar para a tela, não consigo. Não consigo repetir, de memória, o momento que captei antes. É angustiante. (Como na vez em que fez anotações sobre um gaiteiro em frente à Loja Riachuelo, na esquina da Borges com a Praça XIV. Ao tentar transporlo para a tela, Iberê viu que o momento tinha "morrido". Depois de horas de trabalho raspou tudo com a espátula e concluiu que era melhor esquecer o tema. Depois do jantar resolveu insistir, e concluiu "O Gaiteiro", após quase toda uma noite de trabalho: um quadro cinza, perturbador, onde um indivíduo quase branco dedilha os tecelões de uma sanfona — ou seriam suas próprias costelas? — enquanto um cão esquelético dorme aos seus pés.)

ETERNO RECOMEÇO

— Mas como chegar a este momento de criação, ao ato?

— Pois é. A gente nasce assim. É uma coisa que se está sempre recomeçando. (Anda pelo seu atelier, procura alguns esboços e olha para a tela em que está trabalhando) Picasso referia-se a isso quando disse — 'Estranha profissão esta, de esfregar tinta numa tela'. Isto é quase um trabalho de Sísifo, um eterno recomeçar, sempre de um ponto inicial, tentando reformar um momento essencial. Um trabalho sem fim, sem que se possa saber com antecipação se vai resultar em algo proveitoso. Mas eu diria que dentro da infelicidade humana o pior seria não fazer este trabalho de Sísifo. A melhor opção ainda é fazer, é tentar. E apostar que algo vai sair de nossos projetos e nos dedicarmos a ele com toda a nossa sinceridade. Quando me ponho frente a uma tela em branco eu me arrisco a um fracasso definitivo, neste eterno recomeço contudo. Mas (brincando), o mundo não perderia muito com um pintor a menos... Então eu preciso tentar, jogar a minha vida ali, porque esta é a opção menos infeliz.

— Como um caudilho, Iberê?

— É, acho que sim. Acho que é como um

caudilho. É a paixão, o irracional, a loucura, o delito, é tudo isto... é uma procura sem fim".

Sem diplomas, Iberê define-se ironicamente como um "pintor prático-licenciado". Aliás, não exclui a Universidade dessa amarga visão que tem da sociedade. "As academias para que servem? Reúnem um grupo de pessoas, que ficam lá confabulando, muitas vezes preservando seus ciganinhos. E alguém cuidando da porta, porque isto é o mais importante (frisa, em tom teatral). Não existe academia sem alguém cuidando da porta de entrada, porque não é qualquer um que pode entrar. Não são capazes de perceber que a vida não respeita mais portas. Que a vida já está arrumando as portas, entrando pelas janelas, tudo?"

— O que você esperaria da Universidade, Iberê?

— Antes de mais nada, a Universidade deveria ensinar as pessoas a ser gente. Isto é que é importante: ser gente. Para isto, as pessoas tem que aprender o uso das coisas, qual a sua utilidade. As pessoas não sabem usar o automóvel, por isso se matam. Alguém já parou para pensar na mortandade que o automóvel está causando neste país?

(Sim, Iberê já. Um pintor que está preocupado antes de tudo em "dizer não ao holocausto" não hesita diante de seus temas. E Iberê foi buscar no pátio do DETRAN as imagens retorcidas, os restos estáticos, os flagrantes de hediondez das estradas brasileiras. E, sob os olhares desconfiados dos funcionários do Departamento, fez e refez dezenas de esboços, anotações sobre a própria fealdade, para recriar nas telas — série "Desastres" — o "momento" em que daquelas montes de ferros saltou o desespero.) Mais o professor, que deveria ser um guia, se desliga da vida e passa informações abstratas. Tem que fazer como fazia a D. Ritiinha. (D. Ritiinha, uma solteirona nervosa que pelos idos de 1920 lhe ensinou as primeiras letras, levava uma bacia d'água para a sala de aula e mostrava aos seus alunos entre atentos e espantados, como se lava as orelhas limpando as suas e, de cócoras, como se faz um banho de assento). D. Ritiinha — enfatiza brincalhão — deveria ser convidada para a Escola Superior de Guerra!

PASSIVIDADE

— "Hoje não é a Universidade, nem a escola, que educa as pessoas. Quem educa o povo brasileiro é a rede Globo, é a televisão. Ela deixou as pessoas completamente dependentes. As novelas já substituem a vida. Matou a cultura local, as novelas vivem criando modismos todos os dias. A televisão fez desaparecer o 'tu', que eu sempre considerei a linguagem do coração. Hoje se fala 'você'... nem é 'você', é 'ocê'... 'cê'... 'cê que sabe'... 'cê isto, 'cê aquilo. Isto não é nosso! Mas a televisão



são está aí, constrói políticos, opiniões, prega suas verdades. Quem tem atividade na televisão, na imprensa, deveria ser proibido de se candidatar a qualquer cargo."

O pior, para Iberê, é a passividade das pessoas diante do caos. Ofereceu seus quadros da série "Desastres" ao DETRAN, para uma campanha contra os acidentes de trânsito, mas não encontrou interesse. "Ninguém se interessa por nada"; conclui desolado. "O país está afun-

dando, quem é que não vê? E o Governo faz alguma coisa? Afunda mais ainda! E alguém faz alguma coisa para evitar que o Governo afunde o país? Não, está tudo bem!"

Sobre a corrupção: "Costuma-se dizer que o Getúlio caiu com uma frase do Lacerda, que num discurso famoso disse que o Palácio do Catete estava flutuando num mar de lama. Isto foi o suficiente para acabar com o Getúlio!" — E hoje? "Hoje não há mar de lama que chegue. Hoje o Governo está afundando é num mar de merda! E parece que estamos todos embriagados com o odor fecal!" Indigna-se com os "políticos globais com seus jetons" com uma ex-futura primeira-dama, D. Ritiinha Neves, "uma fazendeira, que tem o desplante de receber uma pensão milionária como viúva de presidente, sem que seu falecido marido tenha sido presidente um único dia de sua vida! Enquanto isso, viúvas de trabalhadores, professoras que trabalham toda a vida estão aí vivendo com um, dois mil cruzados por mês".

— Qual o final disso tudo, Iberê?

— Só uma revolução pode dar um basta a este caos. Não vejo mais possibilidade de uma solução pacífica.

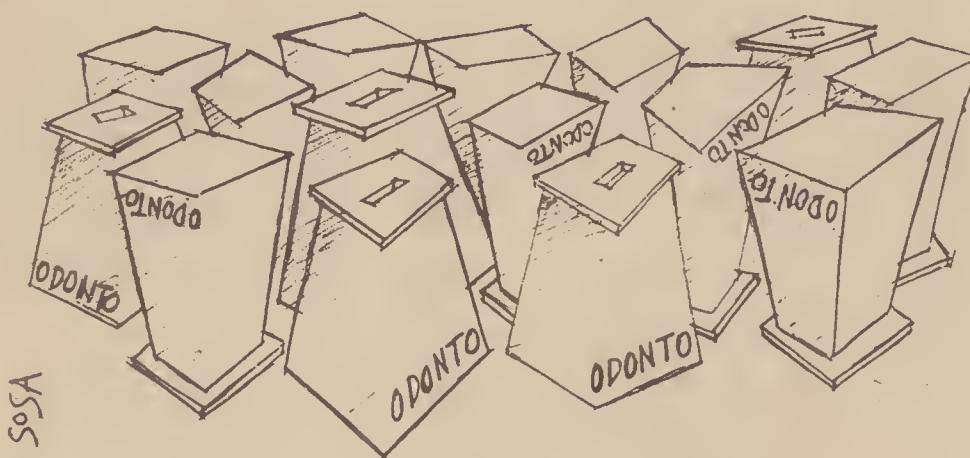
— Você se considera um artista engajado?

— Não. O meu engajamento é para uma vida melhor, mais humana. Não milito em grupos políticos. Minha militância é na vida.

Observa que sua pintura não seria uma arma suficiente para a militância política, para o engajamento num projeto definido. Sua obrigação, ressalta, é passar o que vê, registrar o drama da humanidade nas suas telas. Cita Van Gogh, "que nunca teve uma militância organizada, pelo menos que eu saiba, e que soube fazer isso. Um quadro de Van Gogh é um quadro comovente, que atinge, porque ele soube sentir o momento que viveu e não colocou limites na sua expressão."

Para definir seu engajamento, Iberê busca entre suas centenas de esboços, anotações, registro de seus quadros (onde só se orienta com a ajuda de Maria, sua mulher...) o texto que escreveu para um painel encomendado pelo jornal Zero Hora, exposto na cidade em "outdoors", em 1983. No painel imenso, onde uma explosão de fogo e sangue, agressivamente vermelha, destrói a criação do homem, Iberê escreveu: "Parece que o homem, condicionado pelo inconsciente coletivo, encaminha-se para um fim inexorável. Através dos tempos, inspirados visionários inculcaram no espírito do homem a idéia do apocalipse. Meu trabalho é uma homenagem às mulheres que se deitam acorrentadas nas ruas do mundo para gorarem os ovos da morte, semeados pela terra. Este cartaz também é um grito e um gesto de solidariedade aos que dizem não à prepotência, não à arrogância do forte,

ODONTO SE OMITE E FRAUDE FICA SEM PUNIÇÃO



Um voto é retirado da urna e substituído por outro. Uma comissão de sindicância apura a existência de fraude eleitoral. Uma perícia grafoscópica, não oficial, comprova o delito. Há uma confissão. Um processo é arquivado por recomendação da Procuradoria Geral, com o aval do Magnífico representante da instituição.

Acrescentado-se a essa história sintética, bastante comum para os (e)leitores brasileiros, ingredientes como localização, datas e nomes (que existem), ainda assim ela estará incompleta. Apesar de ter transcorrido ao longo dos últimos quatro anos na Faculdade de Odontologia da UFRGS, ainda não houve uma solução definitiva, nem punição para o culpado. Fato não menos comum. Mas o caso se torna novelesco se apontados seus personagens principais: representantes do cargo máximo da carreira docente — professores titulares — e o próprio diretor da Odontologia — professor José Dorneles de Freitas Vale, atualmente afastado do cargo por motivos de saúde.

Na ausência de uma solução satisfatória, e pela determinação de setores que teimam em "resgatar a dignidade da Faculdade", o caso sai mais uma vez da gaveta, para o desconforto de outros que optam pelo esquecimento.

OS FATOS

O escrutínio de 14 de agosto de 1984 devia eleger um representante e um suplente para o Conselho Departamental (Condep) da Faculdade de Odontologia, entre os nove professores titulares da época. Estava encarregado de acompanhar a eleição o então vice-diretor da Odontologia, hoje seu diretor licenciado. Por determinação sua, os resultados do pleito foram apurados pelo professor Icléo Faria e Souza que, por sua vez, solicitou ajuda de seu colega Aron Lejba Katz. Ambos haviam votado. Ora, com um número reduzido de cédulas-cinco, pois três professores não haviam comparecido — os votos foram examinados sem qualquer dificuldade. Aron Katz pôde verificar, por exemplo, que o voto que havia emitido para o professor Luiz Carlos Tovo não estava na urna. Também sem dificuldades percebeu que a cédula em questão havia sido substituída por outra, onde se lia o nome do professor Nicolau Fonseca Milano, vencedor do pleito.

Katz, que no momento prefere não se manifestar a respeito, solicitou a impugnação da eleição, apontando outras incorreções. O professor Eduardo Barros, Diretor da Odontologia na época, anulou a eleição. Houve uma outra que confirmou a indicação do professor Milano para a vaga a ser preenchida no Condep.

Final de agosto de 1984 — Por decisão do Condep, é instaurada uma Comissão de Sindicância para a apuração dos fatos.

Agosto de 1986 — A Comissão confirma a existência de "uma falha na primeira eleição", encaminha o processo ao órgão superior — Condep — afirmando que a identificação do autor material do voto em questão seria relativamente fácil, e solicitando total esclarecimento do caso. O Condep (agora presidido por Freitas Vale) remete o processo à Procuradoria da UFRGS.

Dezembro de 1986 — Alegando falhas na apresentação formal do parecer da Comissão de Sindicância, a Procuradoria da Universidade decide pelo retorno do caso à Odontologia, su-

gerindo designação de nova Comissão.

Junho de 1987 — Durante reunião ordinária da Congregação, os professores Tovo e Eleutério Martins solicitaram informações sobre o andamento do processo referente à fraude.

Julho de 1987 — Reunião extraordinária da Congregação. Vários professores manifestaram-se a favor da apuração dos fatos. Tovo apresenta prova grafoscópica (feita por iniciativa pessoal) fornecida por um perito da polícia civil, apontando o autor da fraude: o professor Freitas Vale. O voto de dezessete professores contra um decide recorrer à instância superior, ou seja, à Procuradoria Geral da UFRGS. Esta decisão fundamentava-se na confissão de Freitas Vale — neste momento já em licença de saúde — aos membros da Congregação.

Dezembro de 1987 — O processo é retirado do arquivo por ação individual de professores que dão conhecimento de seu conteúdo à Congregação. Dado o caráter informal da informação, esta decide-se pela solicitação oficial de vistas ao processo.

Seis meses depois — Em 5 de maio de 1988 (após realizadas entrevistas que deram origem a esta reportagem) a Congregação toma conhecimento do processo desarquivado. É dado ciência aos membros desse órgão que, perguntado informalmente sobre a possibilidade de vir a se exonerar do cargo (criando assim um fato novo capaz de orientar uma decisão quanto ao processo em pauta), o professor Freitas Vale negou-se a admitir tal hipótese. Mesmo nessa circunstância a Congregação decidiu solicitar uma resposta oficial do professor.

12 de maio de 1988 — Freitas Vale anuncia que solicitará exoneração do cargo. Pede um prazo para expressar sua decisão ao Magnífico Reitor.

19 de maio de 1988 — A Congregação reúne-se para apreciar o provável pedido de exoneração do Diretor licenciado. Surpresa: não houve tal solicitação. Em seu lugar, um novo pedido de prorrogação embasado na necessidade de consulta a um advogado, segundo Freitas Vale, dada a magnitude da decisão a ser tomada. Perplexa, a Congregação decide fixar um prazo definitivo para receber a solicitação de exoneração. Caso esta não se concretize, solicitará ao CONSUN a exaneração do diretor licenciado. Complementando tal decisão, considerou imprescindível manifestar ao Sr. Reitor sua desconformidade com a forma que deu trato ao processo nº 23078.04020/86-46 R, seu número de registro na Reitoria.

Junho de 1987 — No aguardo de novas decisões, adiamentos, arquivamentos ou outra solução, o desfecho do caso será noticiado na próxima edição deste jornal.

DIVERGÊNCIA

O que se depreende destes fatos todos é que há uma indignação generalizada junto à Faculdade de Odontologia, sobretudo da parte dos alunos. A comunidade implicada espera dos órgãos diretivos uma atitude que tarda em aparecer. Cassiano Scapini, presidente do Diretório Acadêmico, manifesta-se pelo total esclarecimento de todos os fatos nebulosos no interior da Universidade.

Há, contudo, opiniões divergentes, como a do Diretor em exercício, professor João Jorge Barbachan, julgando que todos os processos le-

gais foram feitos. Ele argumenta que estas questões "da economia interna da faculdade" tornam-se fator de desagregação, se tratadas publicamente. Barros, o ex-Diretor, diz que a Universidade não cumpriu inteiramente seu papel. Explica que o processo legal seria, uma vez concluídos os trabalhos da Comissão de Sindicância, (cujo papel é comprovar a existência do fato) a instalação de uma Comissão de Inquérito. Barros também lamenta que o fato se torne público sem que o processo normal tenha sido concluído. Já o professor Tovo defende a transparência da Instituição e prefere uma tomada de posição de toda a comunidade envolvida. Uma vez comprovada a autoria da fraude, diz, o mínimo que o implicado tem que sofrer é a perda do cargo.

Sobre os posicionamentos paira, no entanto, uma pergunta comum, ouvida pelos correpondentes da Faculdade: "Qual a força moral que os professores terão para coibir as faltas que venham a acontecer com alunos" se a figura máxima do Estabelecimento de Ensino mantém-se impune, a despeito dos protestos dos interessados em cumprir a lei?

REITOR APOSENTA FREITAS VALE E CONGREGAÇÃO ENCERRA O CASO

O diretor (licenciado) da Faculdade de Odontologia, professor José Dorneles de Freitas Vale, teve sua aposentadoria baixada pelo Magnífico Reitor Francisco Ferraz. A decisão foi comunicada à Congregação daquela Faculdade, durante a reunião de 26 de maio passado, quando esta votaria o encaminhamento de um pedido de exoneração de Freitas Vale ao Conselho Superior da UFRGS.

Na ocasião, a Congregação decidiu-se pelo encerramento do caso, em votação aberta e uninominal. Votaram pelo encerramento do processo os professores João Jorge Barbachan (diretor em exercício), Alvi Barbant, Paulo Verney Ramos, Icléo Faria e Souza, Hugo Gigante, Léo Süfer, Nicolau Fonseca Milano, Paulo Berred, Antônio Fagundes Pires, Eleutério Martins e Jaime Piciceli.

Os professores Luis Carlos Tovo, Eduardo Correa de Barros, Fernando Molinos Pires e a acadêmica Suzana Neves votaram pelo não encerramento do caso. A Congregação aprovou ainda a divulgação, na Faculdade de Odontologia, de um documento dando conta dos acontecimentos.

Nota do Editor

Esta última notícia chegou à redação do nosso jornal quando este já estava em fase de impressão. Mesmo assim, e em nome do cumprimento do papel a que este veículo se propõe, decidimos pela veiculação da matéria. Todas as informações aqui contidas foram obtidas das atas das reuniões citadas no texto, e de entrevistas com professores e alunos da Faculdade de Odontologia.

MULHER E LITERATURA É TEMA DE SEMINÁRIO

As relações da mulher com a literatura estarão em debate nos dias 10, 11 e 12 de agosto próximo. O Instituto de Letras, com o patrocínio da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, estará realizando o II Seminário Nacional sobre a Presença da Mulher na Literatura. Os temas a serem tratados são: mulher e literatura: perspectivas teórico-criticas; representações do feminino no texto literário; do silêncio à palavra: o processo cultural e a construção do feminino.

Através de conferências, mesas redondas e comunicações, o seminário pretende ampliar a discussão sobre a relação mulher e literatura, como forma de questionamento do desenvolvimento sócio-cultural e refletir, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, questões referentes à representação, discurso e ideologia no texto literário.

Maiores informações podem ser obtidas com a professora Rita Schmidt, pelo telefone (0512) 36.4700.

XVII CONAD

Representantes de todas as Instituições de Ensino Superior — IES, federais, estaduais e um grande número de IES particulares do país estiveram reunidos desde o dia 2 de junho, no auditório da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, durante o XVII CONAD — Conselho Nacional de Associação de Docentes, que terminou no domingo, dia 5. Na sessão de abertura, tomou posse a nova diretoria da ANDES sob a presidência do professor Sadi Dal Rosso, da UnB.

Da pauta das discussões constou a avaliação das deliberações da ANC sobre educação, legislação ordinária do ensino superior, a intervenção da ANDES, através das Vice-Presidências regionais, nas Constituintes estaduais, além da avaliação do movimento nas IES privadas.

Também no dia 2 de junho, aconteceu o III Encontro de Docentes das ADs das IES estaduais para debater questões específicas da categoria.

V ENCONTRO DE DOCENTES DA ÁREA DE SAÚDE

O Grupo de trabalho sobre política de saúde da ANDES promoveu nos dias 1º e 2 de junho, na Escola de Enfermagem da UFRGS, o V Encontro de Docentes da Área de Saúde. O temário versou sobre: Hospitais Universitários — estrutura e modelo de gestão; Integração docente-assistencial — o conceito de assistência; O Papel dos Hospitais Universitários na Reforma Sanitária e as Obrigações Trabalhistas dos Docentes na Área da Saúde frente à Demanda da Assistência.

A ADUFRGS fará uma avaliação destes dois eventos, que será publicada no próximo nº do ADverso.

